

DECRETO Nº , DE 2015

Regulamenta a aplicação do conceito de neutralidade de rede de que trata a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV e inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista a conceituação da neutralidade de rede e demais condicionantes dispostos no artigo 9º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – Serviço especializado: serviços de acesso otimizados para um conteúdo específico, aplicações ou serviços, ou uma combinação destes, prestado sobre uma capacidade logicamente distinta, e que não são comercializados ou usados como um substituto para o serviço de acesso à internet.

II - Serviços de emergência: aplicações ou serviços, públicos ou privados, que possibilitam ao usuário a solicitação de atendimento imediato, em virtude de situação emergencial ou condição de urgência.

Art. 2º O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento deve tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

Parágrafo único. O disposto no caput se refere ao tratamento técnico dos pacotes, nos termos da lei.

Art. 3º Observado o disposto neste Decreto, os responsáveis pela transmissão, comutação ou roteamento são livres para desenvolver seus modelos de negócios e ofertá-los a quaisquer usuários, nos termos da Lei Geral de Telecomunicações.

Parágrafo único. A liberdade a que se refere o caput não afasta a competência estabelecida na Lei que institui o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, reprimindo-se toda prática prejudicial à competição, bem como o abuso do poder econômico.

Art. 4º O tratamento isonômico previsto na Lei 12.965/2014 poderá deixar de ser observado apenas em decorrência de:

I - Priorização de serviços de emergência; e

II - Requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações.

§ 1º A oferta do tratamento preferencial aos serviços emergenciais não tem caráter compulsório e dependerá da capacidade técnica das redes, podendo ser oferecida pelo responsável pela transmissão, comutação ou roteamento, de forma onerosa ou gratuita.

§ 2º Os responsáveis pela transmissão, comutação ou roteamento poderão dispensar tratamento diferenciado aos pacotes de dados referentes aos serviços e aplicações de Internet cujos requisitos técnicos, indispensáveis à sua fruição, exijam desempenho superior aos parâmetros estabelecidos pela ANATEL nos Regulamentos de Gestão da Qualidade dos Serviços Móvel Pessoal e Serviço de Comunicação Multimídia.

Art. 5º A provisão de serviços especializados não deve degradar a qualidade geral do serviço de acesso à Internet.

Art. 6º A estabilidade, segurança e funcionalidade das redes devem ser garantidas pelo responsável pela transmissão, comutação ou roteamento por meio de uma adequada gestão de falhas, desempenho e configuração das redes, com a adoção de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas.

Parágrafo único. Sempre que a segurança, estabilidade e funcionalidade das redes estiver sob ameaça, tais como em situações de falhas graves de infraestrutura, ataques cibernéticos, congestionamentos ou outras situações não previsíveis, admite-se o uso de práticas de gestão de redes que possam tratar o tráfego de pacotes cursados pelas redes de forma diferenciada.

Art. 7º Na provisão de conexão à internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados, respeitado o disposto neste artigo.

§ 1º A vedação de bloqueio de pacotes estabelecida no caput não se confunde com situações em que o usuário esteja fora dos seus limites contratuais de volumes e velocidades para o serviço de acesso à Internet contratado.

§ 2º A vedação ao bloqueio não se aplica aos provedores de conexão à internet e aos responsáveis pela transmissão, comutação ou roteamento, quando o assinante ou usuário, por sua iniciativa, contratar um acesso à Internet com a facilidade de restrição de acesso a alguns conteúdos/aplicações, tais como jogos, pornografia, redes sociais, publicidade e propaganda, entre outros.

§ 3º É facultada aos provedores de conexão à internet e aos responsáveis pela transmissão, comutação ou roteamento a oferta de facilidade de restrição de acesso definida no parágrafo anterior, para possibilitar o controle parental ou a restrição a publicidade e propaganda, de forma onerosa ou gratuita.

§ 4º A vedação à monitoração, filtragem e análise dos pacotes de dados estabelecida no caput não alcança os metadados que permitem a análise dos cabeçalhos dos diferentes protocolos, nas diferentes camadas, necessária para uma adequada gestão das redes de telecomunicações.

§5º A vedação estabelecida no caput não alcança a monitoração, filtragem ou análise do conteúdo de pacotes de dados que, não servindo ao propósito de identificação individual do usuário, em violação à sua privacidade, tenha dentre seus objetivos a gestão de produtos, serviços e redes de telecomunicações, inclusive para atendimento dos princípios da segurança e da estabilidade da rede.

Art 8º Compete à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) regulamentar e fiscalizar as disposições previstas neste Decreto, observado o disposto na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

Art 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O SindiTelebrasil, Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia Fixa e de Serviço Móvel Pessoal, entidade patronal de primeiro grau que atua em todo o território nacional, representante legal da categoria econômica das prestadoras dos serviços de telefonia fixa, móvel pessoal e de comunicação multimídia, vem externar, nesta proposta de Decreto, a sua posição quanto à regulamentação da Lei nº 12.965/14 – Marco Civil da Internet.

Após um longo processo de discussão, a Lei foi aprovada, sendo que apenas para alguns artigos registra-se a necessidade de regulamentação do condicionante associado. Assim sendo, o SindiTelebrasil defende que a regulamentação esteja aderente aos artigos que efetivamente precisam ser regulamentados, evitando-se a mera repetição do que a Lei já diz de forma clara e a alteração do que a Lei definiu após anos de discussão.

Defendemos o respeito à Lei, a todo o processo democrático de discussão de cada um de seus condicionantes e confiamos que a regulamentação preservará os conceitos por ela estabelecidos e que foram tão bem explicados na exposição de motivos do Deputado Alessandro Molon, relator do anteprojeto na Câmara dos Deputados.

Sempre expressamos nosso total apoio a uma regulamentação que respeite a abrangência do conceito de neutralidade de rede aprovado na Lei, com a sua aplicação às atividades de transmissão, comutação ou roteamento dos pacotes, garantindo que as redes de telecomunicações, ao executarem tais funções, dispensem um tratamento isonômico a qualquer pacote de dados, independentemente de seu conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

O SindiTelebrasil entende que o conceito de neutralidade de rede está completamente definido na Lei, no caput do artigo 9º, e a ele não cabe reparos, nem alterações.

Cabe apenas regulamentar os casos de exceção à neutralidade de rede, incluindo:

- a) Os serviços de emergência;
- b) As situações que potencializam claro risco a estabilidade e a segurança da rede de acesso ou de transporte;
- c) As situações de falhas graves em elementos de rede de infraestrutura.
- d) O atendimento a determinadas aplicações e serviços que demandem requisitos técnicos diferenciados, função de seus requisitos de transmissão em tempo real e de alta definição, como teleconferência, telemedicina, segurança, vídeos de ultra definição, comunicação por satélite, etc.

O parágrafo primeiro do artigo 9º da Lei abre a possibilidade para que a regulamentação estabeleça situações em que possam existir tratamentos diferenciados dos pacotes pela rede, desde situações técnicas indispensáveis à prestação adequada de determinados serviços ou aplicações e que devem ser baseadas em aspectos técnicos (como teleconferência, telemedicina, segurança, vídeos de ultra definição, etc), ou priorização de serviços de emergência.

Com relação à gestão das redes, O SindiTelebrasil reitera que a responsabilidade pela garantia da segurança e estabilidade das redes de telecomunicações é das operadoras e que, por essa razão, a regulamentação deve possibilitar a flexibilidade e a liberdade necessária para que elas escolham as ferramentas adequadas para realizarem a gerência de suas redes, e dessa forma, garantir o seu uso otimizado, preservando-se a obediência aos condicionantes previstos na Lei. Não devem ser estabelecidas restrições às operadoras no uso de técnicas usuais de gestão de redes de dados, inclusive padronizadas pela UIT.

Assim sendo, a análise dos cabeçalhos de cada protocolo usado na Internet, em suas diferentes camadas, deve ser permitida para uma adequada gestão da rede e dessa forma garantir a sua estabilidade e segurança, assim como a otimização do seu uso. Tais técnicas devem ser informadas de forma transparente ao público e a comunidade da Internet em geral, conforme também prevê a Lei.

Defendemos ainda que, se necessário, o conteúdo da informação propriamente dita, inserida na Internet ou retirada dela pelo usuário, pode também ser objeto de análise pelas operadoras, desde que não sirva ao propósito de identificação individual da informação do usuário, que garanta o atendimento ao princípio da segurança e estabilidade da rede.

Entendemos que a publicação de um Decreto que mantenha a observância dos requisitos acima garantirá a estabilidade do marco legal e regulatório e preservará as condições necessárias para estimular e fomentar os enormes investimentos que devem ser realizados ao longo das próximas décadas para proporcionar a massificação, a modernização e a expansão da Internet no Brasil.